

ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO REGIME PRÓPRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL DE SÃO LOURENÇO DA MATA – PE

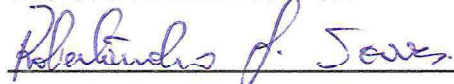
No dia 26 de julho de 2025, às 09:00 horas, tendo como local a sede do São Lourenço Prev, situado na Rua Tito Pereira, nº 56 – Centro, nesta cidade, foi realizada a Reunião do Comitê de Investimentos deste Fundo Previdenciário, na presença dos Conselheiros: o senhor Roberlandio de Lacerda soares, Presidente do Conselho Deliberativo e a senhora Sirlene Cavalcante Ramos, Diretora Financeira do São Lourenço Prev, o senhor Zenildo José Barbosa e, com a participação do Gestor Presidente, o Senhor Geovane Teotônio de Melo. Havendo um número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos agradecendo a presença de todos. Dando continuidade, o Sr^o Geovane inicia a reunião às 09:00 horas da manhã e solicitou ao senhor Roberlandio que realizasse a leitura da pauta da reunião o que foi feita, sendo os seguintes itens constantes na pauta: Comunicado nº 41 para adaptação do Fundo nos termos da Resolução nº 175; Parecer da NUI sobre resgate para pagamento da folha de julho e consignado de junho; Participação de Lucas Barros da Apoio para esclarecer sobre o CRP e extratos das aplicações de junho/2025. Antes dos itens da pauta serem discutidos, o Senhor Geovane tratou acerca da participação online dos membros dos Conselhos ou de outras pessoas da sociedade civil organizada, essa questão foi tratada por que o conselheiro Zenildo José Barbosa participou remotamente dessa reunião. Para o Presidente Geovane esse tipo de participação é bem vinda por que faz parte da transparência do trabalho e ficou registrado que a participação remota é permitida e incentivada, inclusive com possibilidade de transmissão via YouTube ou outros canais oficiais da Prefeitura. Destacou-se, contudo, que o pagamento da indenização por presença (“Jeton”) somente pode ser efetuado a membros presentes fisicamente, conforme previsto na lei que regulamenta a composição e as gratificações dos colegiados. Foi reforçada a importância da manutenção do calendário oficial (último sábado de cada mês), evitando alterações por motivos individuais, salvo situações excepcionais de força maior (eventos climáticos graves, luto oficial, pandemia, etc.). O objetivo é dar previsibilidade e evitar impactos financeiros decorrentes da ausência de membros, uma vez que o Jeton representa custo significativo para o Fundo. Foi apresentado que, com oito conselheiros certificados, o custo mensal do Jeton atinge aproximadamente R\$ 12.000, totalizando cerca de R\$ 144.000 anuais. Num horizonte de 35 anos, este valor representaria aproximadamente R\$ 5 milhões (sem atualização monetária), com impacto direto no equilíbrio atuarial do Fundo. O senhor Lucas Barros da Empresa Apoio, esclareceu que, para atender às exigências do programa Pró-Gestão, é necessário: -Elaboração e aprovação de regimentos internos para todos os órgãos colegiados (Conselho Fiscal, Conselho Deliberativo e Comitê de Investimentos). -Emissão de parecer mensal pelo Comitê de Investimentos sobre o relatório de aplicações, a ser submetido ao Conselho Fiscal no mês subsequente. A Diretora financeira, informou que recebeu e-mail informando que o RPPS

tem uma aplicação na 41 e empresa quer marcar uma reunião remota para explicar sobre a aplicação nesse fundo. A mesma apresentou o parecer favorável da NUI ao resgate de recursos para pagamento da folha de julho e do consignado de junho. O presidente explicou que atualmente, as aplicações do Fundo estão distribuídas da seguinte forma: Caixa Econômica Federal: cerca de R\$ 8 milhões; Banco do Nordeste: cerca de R\$ 1 milhão; Bradesco: cerca de R\$ 300 mil (sendo R\$ 230 mil em Constança e R\$ 100 mil vinculados ao Comunicado nº 41). Foi informado que, devido ao déficit mensal de aproximadamente R\$ 800 mil entre contribuições e a folha de pagamento dos inativos. A Prefeitura repassa atualmente contribuição suplementar de 50%, o que cobre parcialmente o déficit. O senhor Lucas Barros informou que para resolver as pendências para emissão da CRP restam dois pontos para regularização: Repasse de valores do Fundo de Saúde referente a julho/2024, com previsão de acerto em agosto/2025 e Pendência do Processo Administrativo Previdenciário (PAPI) referente a suposto débito de 2017, ainda em análise para confirmação de valores e providências (pagamento, parcelamento ou contestação). O Presidente informou que o fundo municipal passou a ser superavitário a partir desse mês de julho. Os encaminhamentos da reunião foram os seguintes: Incentivar e viabilizar a participação on-line do público nas reuniões, mantendo a exigência legal de presença física para pagamento do Jeton; Aprovar e ajustar a minuta de regimento do Comitê de Investimentos; emitir parecer mensal sobre os relatórios de aplicações; negociar com a Prefeitura manutenção da contribuição suplementar até dezembro/2025 e resolver as pendências para obtenção da CRP até agosto/2025.

Em seguida, a senhora Sirlene fez a leitura da ata da reunião anterior, realizada no dia 28/06/2025, que foi aprovada por unanimidade dos presentes.

Não havendo mais nada a tratar, a reunião foi encerrada que após ser lida por todos os presentes será assinada.

Geovane Teotônio de Melo



Roberlandio de Lacerda Soares



Sirlene Cavalcante Ramos



Zenildo José Barbosa

